

RECENSÕES

HERNÁNDEZ ALONSO, Juan J. — *La Nueva Creación. Teología de la Iglesia del Señor* (Lux Mundi 46). 524 pp. 13,7 X 21,3 cm. Ediciones Sígueme. Salamanca (Espanha). 1976.

O Concílio Vaticano II deu lugar a uma rica bibliografia eclesiológica. Mas, na maior parte dos casos (Baraúna, Philips, etc.) tratava-se de simples comentários à *Lumen Gentium*. Outras tentativas mais sistemáticas (Küng, *Mysterium Salutis*) ou não chegavam a incorporar plenamente a mentalidade do Concílio, ou, por serem obras de colaboração, apresentavam lacunas notáveis.

Hernández Alonso tenta, nesta obra, uma síntese completa, apoiando-se num vasto material bibliográfico, e uma profunda reflexão pessoal. A visão histórica, com que o livro se abre, dá um ênfase especial aos autores do século XIX (Escolas de Roma e Tubinga), que são analisados pormenorizadamente, um por um.

Após umas pequenas considerações sobre a palavra igreja, o autor penetra no empolgante tema bíblico da relação entre Jesus e a Igreja. História e Ke-

rigma não aparecem aqui como duas realidades contrapostas, mas, como uma expressão da continuidade da Igreja com as perspectivas de Jesus. Segue-se um longo capítulo sobre "O Reino e a Igreja", onde a chave de interpretação se encontra na frase do autor: "a eclesiologia não parece ter uma outra ótica de compreensão senão a da escatologia". Também neste capítulo, Hernández Alonso mostra-se um profundo conhecedor da exegese moderna e dos problemas que apresenta.

Como não podia ser de outra forma, num livro que recolhe as perspectivas do Vaticano II, em *La Nueva Creación*, focaliza-se também a Igreja como mistério de fé, no quadro do mistério da Trindade. A Igreja aparece aí como a realização comunitária desse mistério. Logo depois, tenta-se uma nova aproximação, através das imagens bíblicas em que foi expresso o mistério da Igreja, sublinhando o

seu caráter duplo: CRISTOLÓGICO E ESCATOLÓGICO. Ao chegar ao estudo das duas grandes imagens (Povo de Deus e Corpo de Cristo), Hernández Alonso mostra que não existe entre elas uma contraposição, mas uma complementariedade, pelo que não se trata de optar por uma ou por outra, mas de conseguir, através das duas, exprimir melhor a riqueza inesgotável do mistério da Igreja. A pertença ao Povo e ao Corpo — com o seu fundamento de eleição gratuita — possibilita a Hernández Alonso o estudo da relação entre a Igreja e o povo da antiga eleição: a estirpe de Abraão. É precisamente aqui onde brota o tema que dá o título ao livro: "A Nova Criação".

O antigo tratado sobre as "notas" da Igreja (que aqui são denominadas "dimensões ou propriedades") ocupa uma boa parte desta obra. Muito interessante a distinção que faz entre os diversos conceitos de unidade (essencial, funcional e escatológica) e as conseqüências que daí se derivam para compreender as diversas posições que, em face da unidade, adotam as diferentes confissões cristãs. As reflexões ecumênicas que se seguem são de grande importância. Também o fato de a nota da catolicidade ser estudada em íntima conexão com a unidade. O capítulo sobre a apostolicidade se apóia na base firme de um estudo profundo sobre o conceito de após-

tolo e o valor multiforme que esse termo tem no Novo Testamento. Hernández Alonso também pouco foge ao estudo, sempre difícil, da santidade da Igreja, partindo dos conceitos escriturísticos, passando pelas declarações do Magistério e chegando às explicações teológicas, para terminar em reflexões pessoais muito interessantes.

Nada menos que noventa páginas são dedicadas à estrutura ministerial da Igreja, um tema que parece produzir alergia em certos ambientes. O enfoque cristológico, que mais de uma vez apareceu claramente nos capítulos anteriores, volta aqui com toda a força. Do que se trata é de uma obediência genuína e autêntica ao ministério salvador de Jesus. Também aqui — por exemplo no estudo do texto clássico de Mateus sobre Pedro — aparece o profundo conhecimento que Hernández Alonso tem da exegese moderna. Com sinceridade exemplar enfrenta os dois temas mais conflitivos (Episcopado-Primado e Infalibilidade). E conclui por afirmar a necessidade de uma compatibilização entre a assistência do Senhor à comunidade eclesial e a multiforme vivência da mesma, mesmo se hoje não somos ainda capazes de ver a solução definitiva dessas tensões.

Dois breves capítulos fecham a obra. O primeiro, acerca da comunhão dos santos, volta sobre dois temas tratados ante-

riormente: a santidade da Igreja e o seu caráter escatológico. Mas, de modo especial, são focalizados os papéis dos leigos e dos religiosos na comunidade eclesial. O último capítulo é dedicado à Igreja no mundo, e procura traduzir as perspectivas abertas pela *Gaudium et Spes*.

O livro que comentamos é, pois, um tratado completo sobre a Igreja, atual, rico de conteúdo, aberto a muitos dos nossos problemas. Mas, na nossa perspectiva latino-americana, ainda lhe faltaria algo para dar-nos satisfação completa. Teria sido necessário prolongar as reflexões

até um campo mais pastoral. Sobretudo, ao ver na Igreja a realização comunitária do mistério trinitário; ou ao tratar do serviço da Igreja ao mundo. A nossa problemática sobre as estruturas da Igreja (de modo especial as CEBs) ou sobre a ação temporal de comunidades e hierarquia não aparece tão claramente. Isso não tira, porém, que *La Nueva Creación* seja uma obra fundamental para quem queira hoje estudar, séria e profundamente, a teologia da Igreja.

Jesús Hortal, S.J.

AUER, Johann — *El mundo, creación de Dios* (curso de Teología Dogmática, tomo III). Trad. de Claudio Gancho. 664 pp. 14,1 x 21,6 cm. Editorial Herder. Barcelona. Espanha. 1979.

Um volume a mais da Dogmática de Auer e Ratzinger. No original alemão, a obra completa tem o modesto título de "Pequena Dogmática Católica". Acertadamente, os tradutores espanhóis lhe deram o nome de "Curso", porque os nove volumes de que consta não são precisamente "pequenos". Sobretudo este acerca do mundo como criação de Deus, com mais de 600 páginas densas e de apertada leitura. Concebido como um livro de texto para as

aulas de teologia nos seminários e faculdades eclesiásticas, o Curso de Auer e Ratzinger tenta "recolocar sobre a mesa e 'deixar que fale' a doutrina dogmática da Igreja" tal como se foi formando a partir da Escritura, até o confronto com as questões do nosso tempo.

Este volume terceiro compreende os antigos tratados "De Deo Creante et Elevante". Não se trata apenas de examinar a criaturidade do mundo,

mas sobretudo de traçar uma antropologia teológica, que alcançará a sua culminância no volume V ("El Evangelio de la Gracia"). Auer segue nas suas exposições três passos fundamentais: o fundamento bíblico do dogma, com uma atenção clara à problemática apresentada pela moderna exegese; a história de cada uma das doutrinas, tal como aparece na obra dos teólogos, em confronto com as questões apresentadas em cada época; a sistematização interna da doutrina, com atenção às afirmações dogmáticas do Magistério da Igreja.

A característica mais marcante da exposição de Auer é a sua preocupação cristocêntrica. Não só a redenção, mas a própria criação e até o pecado são interpretados por ele em função de Cristo. Consegue assim dar uma visão unitária do cosmos, baseada grandemente nos conceitos agostinianos sobre as *rationes seminales*. Essa mesma preocupação cristológica é a que o leva a polemizar, com

muita freqüência, com Teilhard de Chardin.

Há, na obra que examinamos, uma atenção louvável para os autores contemporâneos e os problemas que apresentam. Mas teríamos gostado de um maior aprofundamento de duas questões que, pelo menos no nosso meio, se apresentam como de palpitante atualidade: a antropologia marxista e as modernas teorias sobre a indeterminação e o acaso (cf. p.ex. Monod). Por outro lado, é louvável o esforço do autor para não fugir de problemas que se enquadram dentro da doutrina tradicional da Igreja: angelologia, demonologia, etc. Com sinceridade exemplar, apresenta as teorias contrárias, mas mostra também claramente qual é a fé da Igreja.

Esta obra pode prestar um grande serviço como livro de texto, mas também pode servir como um bom manual de atualização.

Jesús Hortal, S.J.

BRANDT, Hermann: **O risco do Espírito. Um estudo pneumatológico.** 186 pp., 21,4 X 15,5 cm. Ed. Sinodal, São Leopoldo, RS, 1977.

A obra a ser recenseada é um interessante estudo de Pneumatologia em perspectiva luterana. O autor inicia constatando que

o florescimento de comunidades pentecostais causa na igreja luterana, ao mesmo tempo, irritação e fascínio (cf. 7s). No

cap. I, essa problemática é explicitada, apresentando o ES (= Espírito Santo) como uma ameaça a quatro instâncias: à autoridade da Escritura, ao dogma, aos meios da graça (Palavra e Sacramento), à ordem e instituição eclesiástica. Por outro lado, essa quádrupla ameaça é ambígua no sentido de poder ser tanto uma ameaça do ES como uma afirmação do espírito humano que se quer sobrepor ao ES. Assim o cap. II se propõe aprofundar o que seja a experiência do ES. Numa das páginas mais originais e dignas de consideração desta obra, o autor parte da "presença de espírito" para explicitar as características da experiência do ES (cf. 74-78). Essa fenomenologia da "presença de espírito" oferece apoio para estabelecer o critério formal de discernimento de uma experiência como proveniente do Espírito de Deus (portanto: de fora de nós). Mas não bastam critérios formais. Impõe-se descobrir o critério de conteúdo e este consiste em que o ES é o Espírito de Jesus Cristo (cf. cap. III). O autor estuda então o conceito de Espírito no AT e no NT, mostrando que "o conceito do espírito reflete uma experiência que é por completo uma intensiva experiência humana, mas cujo conteúdo e origem não é o homem e sim Deus mesmo" (122). Para designar essa característica do conceito de Espírito, o autor o chama de "conceito teo-antropológico"

(cap. IV, título, 123). O conceito é "totalmente 'antropológico' ", porque conceito humano, baseado "em analogia a fenômenos humanos ou/e... em sua influência na tradição cristã". E, no entanto, é "conceito totalmente 'teológico' ". "Pois todas as suas (= do homem) palavras e conceitos são apenas resposta para aquilo que Deus fez e sempre de novo faz. Não as minhas respostas e a dos outros são decisivas, mas aquela que os (sic!) provoca e o fato de ele os (sic!) provocar" (135) todos os grifos são do autor). "O Espírito Santo como a provocação do homem por Deus" (137) é então o título do seguinte capítulo (cap. V) e o tema é explicitado por uma comparação entre a pneumatologia de K. Barth e a de P. Tillich (cf. 160). O último capítulo (VI) resume o conteúdo da obra numa meditação sobre o hino "Vem, Espírito Criador" que mostra e exerce "o risco do Espírito". Essa oração é a expressão máxima de nossa renúncia à autoafirmação: não é a Igreja que garante a presença do Espírito; "o que realmente podemos 'fazer' é apenas orar: 'Vem' " (170).

O livro, no seu conjunto, é muito valioso e sugestivo. Entretanto, para o leitor católico, a explanação sobre a soberania do ES, feita a partir da perspectiva luterana, causa muitas vezes estranheza. Também segundo a teologia católica o homem

vive da gratuidade dos dons de Deus e as afirmações decisivas parece-me poderiam ser subscritas por um católico. Não obstante, no decorrer da explanação do autor o leitor católico se choca com o modo de compreender a preeminência de Deus sobre o homem e a gratuidade dos dons de Deus. Será realmente só questão de perspectiva para explicitar a mesma doutrina? Ou há algo mais por detrás? Aquilo que K. Barth disse (e o autor repete): a analogia é a única coisa que verdadeiramente impede o protestante de ser católico?

O autor, alemão residente no Brasil, procurou por vezes tomar em consideração nossa problemática específica (cf. espiritismo Kardecista: 50-54; a identidade de amor a Deus e ao próximo segundo Gustavo Gutierrez: 88-92). Mas, na crítica à Teologia da Libertação como na descrição do atuar do Espírito, o autor permanece no abstrato. O ES é o Espírito de Cristo, o "Messias morto e crucificado" (184). Mas que decorre daí, se se consideram as circunstâncias históricas (luta de poder) que levaram Jesus à morte? O recenseador é de opinião que o autor não parece tomar a sério a história no concreto: que é história econômica, política e social. No fundo, não estaria aí uma questão de compreensão da encarnação? O recenseador não se furta à impressão de que esta lacuna tem suas raízes no

mesmo problema (já antes mencionado) da concepção luterana da atuação de Deus na história humana. Será que a encarnação pode ser verdadeiramente pensada até o fim nessa perspectiva, em que, para se pensar a Deus, parece ser necessário negar o homem?

O autor critica a Pneumatologia tradicional e o dogma por acorrentarem o ES ao âmbito do dogma trinitário (cf. 14-20; 58). No entanto, nada do que o autor afirma positivamente em seu livro me parece seja estorvado pelo dogma trinitário. A não ser que se reduza o dogma às "extremamente complexas relações intertrinitárias" (18; em português se deveria dizer "intratrinitárias"). Mas, se se considera a perspectiva original do dogma, aquilo que — pelo menos na teologia católica — chamamos de "Trindade econômica" (e Trindade na história), suas páginas são — a meu ver — uma esplanada do dogma trinitário em sua dimensão salvífica (que é a fundamental e a que propriamente interessa).

O autor inicia com uma problemática oriunda da vitalidade das comunidades pentecostais. Depois não mais volta ao assunto, nem para condená-las nem para louvá-las. A meu ver, na lógica da exposição, seu veredicto é positivo, inclusive por sua concepção individualista/interiorista da ação do ES. Talvez porque para ele: "A pneumatologia é o lugar na

teologia em que irrompe o subjetivo, o existencial, o vivencial" (113). Com o que o recenseador pode perfeitamente concordar. Entretanto, em si nada exclui que essa subjetividade ultrapasse o individualismo e a interioridade, se se compreende a subjetividade contextualizada, isto é, o sujeito, simultaneamente como ator e fruto de relações intersubjetivas. Mas novamente parece ser a falta de centralidade da encarnação (ou até a impossibilidade de afirmá-la plenamente a partir dos pressupostos teológicos assumidos pelo autor) que não permite explicitar a dimensão sócio-política da Pneumatologia e conseqüentemente colocar sob suspeita as comunidades pentecostais, pelo menos no contexto latino-americano.

A tradução brasileira do manuscrito (cf. os agradecimentos da p. 5) deixa muitas vezes transparecer o alemão por detrás, de tal forma que se torna fácil retroverter o texto ao idioma de Goethe. Especialmente na primeira metade do livro a ocorrência freqüente da expressão "uma vez" denuncia a partícula alemã "einmal" que na tradução deveria ter sido desprezada. Mas também há expressões e palavras traduzidas inexata ou impropriamente, p. ex.: "gracioso" em vez de "gratuito", "intertrinitário" em vez de "intratrinitário".

Francisco Taborda S.J.

ASLAN, Nicola: Uma Radioscopia da Maçonaria ou a Maçonaria ao Alcance de Todos, pp. 158, cm. 14 X 20, ed. Nicola Aslan Ltda. Cabo Frio, RJ., 1979.

Já fizemos várias recensões, nessa revista — em os números 20, 22, 23 e 24 — de obras sobre a Maçonaria, mas todas estrangeiras. Nesta apresentamos a de um autor nacional, Nicola Aslan, que, aliás, já citamos nas referidas apreciações, como indubitavelmente, o maior conhecedor, no Brasil, da Ordem maçônica nacional e internacional.

Mas, quem é NICOLA ASLAN?

De nacionalidade italiana, nasce a 8-6-1906 na ilha de Chio, Grécia. Reside no Brasil, onde constituiu família, desde 1929.

Nunca deixou de estudar: primeiro numa escola maternal, grega, depois com os Irmãos das Escolas Cristãs, dos Iassa-

listas franceses, onde firmou sua orientação cristã, que conserva até hoje.

Sua adolescência passa na Turquia, em meio à guerra greco-turca.

Fala grego, francês, italiano, inglês, turco e, naturalmente, português.

Tinha pendor muito pronunciado pelas Letras e pela História, a cujo estudo se dedicou, com verdadeira paixão, desde a idade de 9 anos, estudo que sobre ele exerceu capital importância.

Ao ingressar na Maçonaria, em 1956, orienta-se para o estudo da História e da cultura maçônica, encontrando um campo imenso e pouco explorado, no qual procurou especializar-se. Publicou "História da Maçonaria. Cronologia. Documentos" (1959); "Estudos maçônicos sobre simbolismo" (1969); "O enigma da Gênese da Maçonaria Especulativa", no fasc. 133, de 9-1973 da REB; "Landemarque e outros problemas maçônicos"; "Subsídios para uma biografia de Joaquim Gonçalves Ledo - Textos e documentos"; "Pequenas biografias de grandes maçons brasileiros"; "Nossa posição em face do Concílio Vaticano II"; "Evolução Histórica e Missão da Maçonaria", etc. Mas sua obra prima é o "GRANDE DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE MAÇONARIA E SIMBOLOGIA", em 4 volumes (1974-1976), 2.200 verbetes e 1.220

pgs. da Editora Artenova, S.A., RJ.

Nicola Aslan exerceu numerosos cargos na Maçonaria. É membro fundador da "Academia Maçônica de Letras", da qual foi o 1º Secretário e, atualmente, seu Vice-Presidente. Nela ocupa a cadeira de nº 6, cujo patrono é o jornalista e político patricio, Joaquim Gonçalves Ledo.

De passagem informamos que esta Academia vem preencher grave lacuna no meio maçônico brasileiro, porque, examinando-se a bibliografia maçônica conterrânea, nota-se, desde logo, uma extrema pobreza e uma falta de critério seletivo e de crítica histórica inacreditáveis.

Nicola Aslan é um historiador sério, honesto, consciencioso. Poder-se-ia dizer, apaixonado pela verdade, sobretudo pela verdade histórica: eis porque passa pelo crivo da mais rigorosa crítica histórica o abundante material documental que possui. Não é preciso um exame mais aprofundado de suas obras para nos certificarmos disto. Dele se pode dizer o que o Pe. Joseph Berteloot, S.J. disse de seu amigo, o maçom Lantoin: "Tinha qualidades muito sedutoras: uma lealdade perfeita, uma verdadeira e própria paixão pela verdade; uma rara independência de caráter, uma coragem que beirava até à insolência, na expressão do seu pensamento".

Dele diz o General Calvet, na introdução ao seu "Dicionário Enciclopédico": "Já há algum tempo, através de proeminentes amigos católicos, está promovendo pessoalmente melhor esclarecimento no seio da Igreja sobre os fundamentos da Maçonaria Universal, visando a suspensão do interdito que pesa secularmente sobre esta, assunto que conhece como ninguém" (vol. 1º, pg. 23).

Esta sua obra que estamos recensando nos põe diante dos olhos a Maçonaria tal qual é. Excelente guia para quem deseja, realmente, uma informação objetiva a respeito do assunto. Muito interessante, p.ex., o que diz a respeito da etimologia e o significado da palavra Franco-Maçonaria (pgs. 74 ss.), "que por mais de dois séculos constitui-se em fonte de dificuldades para a Ordem maçônica"; sobre o controvertido SEGREDO (62 ss.); sobre o conceito de RELIGIÃO na Maçonaria Especulativa (31 ss.); porque a Maçonaria não é uma religião, nem uma sociedade filantrópica, nem sociedade secreta, nem de socorros mútuos, muito menos um clube político, mas uma SOCIEDADE INICIÁTICA.

É uma verdade parcial o que diz no prólogo (8): "O que deve ser constante de preocupação, é o completo ou quase completo desconhecimento da Maçonaria, não somente por parte dos candidatos que nela preten-

dem ingressar, como dos profanos em geral, e particularmente por parte de eclesiásticos, os mais desinformados de todos, embora sejam chamados por esta sua condição a opinar e aconselhar sobre algo de que não entendem".

Parece que o autor está escrevendo há mais de dez anos atrás. Porque, hoje, podemos afirmar, que há muitos mais eclesiásticos melhor informados sobre a atual Maçonaria do que os próprios maçons, em geral. Temos conversado com muitos deles e se podem contar nos dedos os que, de fato, estudam e que se atualizam e que conhecem bem sua instituição. Esta nossa experiência é confirmada, por ex., por um escritor maçom, Kurt Prober, com seu impressionante artigo, um tanto pessimista, publicado em vários periódicos da Ordem e intitulado: POR QUÊ OS MAÇONS NÃO LÊEM? Também nós fizemos um verdadeiro teste doloroso: ei-lo: Como o Grande Oriente do Brasil se considera uma associação filantrópica, filosófica e progressista, elaboramos um artigo intitulado, VAMOS, DE FATO, FILOSOFAR? que "A GAZETA MAÇÔNICA", que se considera "O JORNAL MAÇÔNICO DA MAIOR CIRCULAÇÃO NO MUNDO LATINO", publicou em seu nº de 12/1978-1/1979. Também tiramos dele vários xerox e os distribuimos a maçons em evidência e a Lojas maçônicas. Recomendávamos nele

que, já que todo maçom deve estudar, refletir, FILOSOFAR, em pesquisa e busca da VERDADE, tivessem um GUIA ou MANUAL para este fim e indicava até um compêndio e endereço do seu autor. Isto já faz praticamente, um ano. Pois bem. Até hoje, seu autor não recebeu uma carta sequer pedindo informações ou seu compêndio.

Da nossa parte católica, os estudos feitos pela CNBB, em 1973, obedecendo a uma determinação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, informaram bem nossos Bispos e muitos sacerdotes, depois de dois inquéritos feitos e bem sucedidos, como execução do projeto 4. 1. 6 do Plano Nacional de Pastoral para 1973, que previa um levantamento sobre a situação atual da Maçonaria no Brasil e suas implicações pastorais.

Também muito interessante o cap. "O QUE A MAÇONARIA NÃO É (25 ss.). O autor cita muitas definições da Maçonaria, mas não a seguinte, para nós a mais completa, que é da Grande Loja Unida da Inglaterra, considerada a Loja Mãe de toda a Maçonaria regular:

"A Maçonaria não é um movimento filosófico que admite toda orientação ou opinião. A verdadeira Maçonaria é um culto para conservar e estender a fé na existência de Deus, para ajudar aos maçons e regular sua

vida e sua conduta nos princípios de sua própria religião, qualquer que seja: cristã, budista, maometanista, mas esta deve ser uma religião monoteísta, que exija a fé em Deus, como Ser Supremo, e esta deve ser uma religião que tenha um livro sagrado sobre o qual possa o iniciado prestar juramento à Ordem".

Também nos interessa o que diz à pg. 32: "Houve quem interpretasse que "a religião em que todos os homens estão de acordo" (das Constituições de Anderson, de 1723 aceitas, pacificamente por toda a Maçonaria universal) fosse, simplesmente, o cristianismo. Não entraremos no mérito da questão". Mas a tradução francesa dessas Constituições é explicitamente cristã.

Muito significativo é o que diz o autor à pg. 34 sobre o método iniciático. E é historicamente certo o que diz à pg. 46: "Quando os católicos perderam, na Inglaterra, os direitos de cidadãos, a Maçonaria foi a única que os aceitara em seu seio no mesmo plano que os outros membros".

E à pg. 58 constata "que as dezenas de milhares de livros que a enfocaram (a Maçonaria), nada fizeram para torná-la mais conhecida do grande público". Na sua palestra "Evolução histórica e missão da Maçonaria", de 23-3-71 já afirmara: "No que se refere ao estudo da Maçonaria, escritores mal informados

ou bisonhos praticaram as maiores arbitrariedades no terreno da informação, chegando alguns a paroxismos... de absurdos. Em vista disto, o historiador inglês Henry Hallam fez um comentário que merece destaque: "O assunto tão interessante de Maçonaria teve a infelicidade de ser tratado por panegiristas e detratores, duas espécies de escritores igualmente mentirosos": um pouco também como acontece com a literatura a respeito de nossa Companhia de Jesus, como observa René Fülöp Miller em seu "Os Jesuítas e o Segredo de seu Poder": "as obras relativas à Companhia de Jesus contam-se aos milhares; a partir do nascimento da Ordem, chegando-se até aos nossos dias, todas as épocas, quase todas as nações e todas as línguas, trouxeram a lume uma copiosa literatura jesuítica. No meio de todas essas obras, poucas há, na verdade, cujos autores se houvessem esforçado por ministrar dados objetivos sobre o assunto, enquanto todos os demais se afanaram, já por aviltar e acusar, já por defender e encomiar" (pág. 7, Introdução).

Muito nos interessa o que diz à pg. 28: O meio maçônico, ao criar uma esfera (deve ser atmosfera) religiosa e ao dar nascimento a relações de ordem moral, fornece aos homens meios de melhoramento e de engrandecimento... Se a Maçonaria se apresenta não como

religião para aqueles que deixaram de seguir as práticas de alguma confissão particular, isto não significa que ela não possa servir de religião, e que estes homens não possam nela encontrar o alimento indispensável ao espírito de ser humano".

Também concordamos com o que diz à pág. 31: "A Maçonaria não impõe nenhum dogma religioso ou filosófico".

Quanto à proteção aos Irmãos, eis o que diz à pág. 43, citando trecho de um Ritual da Ordem: Ven. — Não deveis dar preferência, na vida pública, a um Ir. da Ordem sobre um profano? 1º Vigilante: — Em igualdade de circunstâncias, é meu dever preferir um Ir., sempre que, para fazê-lo, não cometa uma injustiça que fira a minha consciência. Os ensinamentos de nossa Ordem nos obrigam a proteger um Irmão em tudo o que for justo e honesto. Não será justo nem honesto proteger o menos digno, mesmo que seja um Ir., preterindo os mais sagrados direitos do mérito e do valor moral e intelectual". Ótimo! Magnífica a citação de Paul Naudon à pág. 57.

Agora, o reverso da medalha. Infelizmente nem sempre se pode concordar com tudo o que diz o autor. Apesar de sua honestidade e ter sido, como informamos, aluno dos bons Irmãos Lassalistas, dá a impressão de não conhecer bem a Igreja católica. Ou melhor, à força de

concentrar-se em alguma de suas deficiências do século XVIII, acaba parecendo ser seu inimigo. Estamos convencidos de que não é este seu pensamento mais profundo, já que é honesto e estudioso. Mas às vezes parece que o maçom suplanta o historiador e, por conseguinte, o trai. Ou então, não consegue abarcar todo o problema no seu conjunto e cai no erro que ele mesmo condena com referência aos ataques à Maçonaria: julga a Igreja do século XVIII com a mentalidade e os critérios do nosso século, como historiadores católicos cometem o mesmo equívoco, e mais freqüentemente do que se pensa, ao julgar a Maçonaria do século XVIII pela do século XIX e começos do nosso. Ou ainda, de ajuizar o todo por uma de suas partes, como é o mau vezo, muito comum, infelizmente, das generalizações precipitadas e fáceis.

Já vimos algo quando falamos de sua opinião a respeito da ignorância muito geral do clero com relação à Maçonaria. Além disso, mostra incompreensão com relação ao voto de obediência, como, também, não tem clareza quanto ao conceito de dogma, apesar de no seu Dicionário ter sido mais objetivo.

A seguinte afirmação do autor nos parece um verdadeiro cochilo num homem culto: "parece ridículo ver-se um padre esforçando-se em provar que a sua religião não é contrária à razão" (pág. 33); ou, esta outra: "as religiões em vez de congregarem, extremam os homens" (pág. 50).

Não é verdade que o motivo das condenações da Maçonaria tenha sido o de impedi-la de realizar a sua missão de fraternidade (pág. 60). E às págs. 110 ss., sobre a complexa e triste "Questão Religiosa", inquestionavelmente o maçom trai o historiador sereno e imparcial. Mereceria várias retificações que o espaço não permite fazer: não foi Dom Vital que iniciou as hostilidades e nem foi a questão da escravatura que moveu Dom Lacerda e nem se pode falar em "revolução clericalista", sob pena de defesa do anacrônico Regalismo, etc.

Enfim, deixemos outros reparos de menor monta. Teríamos gostado que o cap. "Introdução ao Estudo da Maçonaria" (págs. 58 ss.) fosse mais explicitado e que o difícil assunto dos Altos Graus (último cap.) mais acessível aos não iniciados.

Pe. Valério Alberton, S. J.

COMBLIN, José: **O Espírito no mundo** (Col. "Meditações Evangélicas", VII). 114 pp., 18 X 12,5 cm.. Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1978.

Esta obra se propõe "meditar a mensagem do Novo Testamento sobre o Espírito Santo e a sua missão precisamente na marcha do mundo, ... como resposta de Deus às aspirações da humanidade fio condutor que oriente o povo de Deus na confusão da história" (8). O ES (= Espírito Santo) é assim entendido como dom ao povo de Deus. Este conceito é mais amplo que o de Igreja. "O povo de Deus seria a fraternidade dos povos reunidos sem dominação" (25). Já por aí se vê que o povo de Deus não está pronto, definitivamente, mas se vai realizando intra-historicamente sob a ação do Es. "O povo de Deus começa de baixo para cima. Começa pelos mais fracos e mais pobres..." (27). Isso porque a obra do ES é levar os homens ao conhecimento de Cristo. E o verdadeiro conhecimento de Cristo é a sabedoria da cruz: "a eleição daquilo que é mais fraco, a ausência de poder, o confronto com o mundo unicamente pela força da fraqueza, isto é... pela força do testemunho, da profecia, do martírio e da palavra" (37). A ação do Espírito é a palavra que leva à liberdade da morte, do pecado e da carne, da lei. Essa liberdade não é libertinagem, porque sua medida é o outro, a construção da

comunidade, o amor (embora esta palavra esteja gasta). "A palavra 'amor' foi por demais contaminada pela cultura burguesa. As palavras que realmente traduzem o significado de Jesus são 'solidariedade, comunidade, participação, fidelidade'" (70). Desta forma: "O fim da liberdade é o povo de Deus: não é o indivíduo isolado. (...) O fim da liberdade é social: o homem torna-se livre dentro dum povo livre" (71). Assim se explicita o sentido de povo de Deus: "... é a reunião dos homens de boa vontade que tratam de constituir algumas estruturas de liberdade no meio da sociedade humana" (74s). E em tudo isso está a ação do Espírito.

Se se acentua assim a ação do ES em vista do futuro, pode-se esquecer sua atuação no presente (cf. 83-84). Entretanto há um equilíbrio nos dons do ES. "O Espírito está agindo por ambos os lados: na história e na realidade presente..." (89). "O dom presente do Espírito confere vida até às realidades e pessoas que nunca terão futuro histórico" (86). O último capítulo apresenta como dons do ES a oração, os carismas, os sacramentos, o amor conjugal, a festa e a arte.

O livro pode ser lido e meditado com proveito. A título de análise crítica quero deter-me na questão dos carismas, devido a sua atualidade. Comblin distingue no NT entre a compreensão paulina de carisma como serviços "que concorrem para a 'construção' da comunidade" (94) e a compreensão lucana que parece acentuar a "pura experiência espiritual do momento, sem referência a um serviço ou a uma utilidade comunitária" (95). A distinção é válida, embora se possa discutir se Paulo e Lucas se referiam aos mesmos fenômenos ou não. Comblin aproxima dos carismas lucanos a posterior experiência mística que foi tida em alta consideração na Igreja católica do séc. XIV ao XIX. Hoje os fenômenos carismáticos se dão sempre em comunidade. A época do apreço à mística coincide com a "época do individualismo e... do descobrimento da interioridade" (98). "O pentecostalismo aparece numa época em que reaparece a comunidade..."

O juízo de Comblin vai no sentido de que se trata "da vivência subjetiva de um fato objetivo...: a vida eterna já está no meio de nós..." E daí conclui que "... isso basta para o seu valor" (= do movimento carismático) (98).

Justamente a interessante aproximação da mística com o movimento carismático, faz recordar o que K. Rahner dizia, já há anos, sobre aquela, em seu livro "Visões e profecias": como tal o fenômeno místico pode ser meramente humano e até doentio. Seu valor para o cristão se mede pela vida em seguimento de Cristo que aqueles fenômenos desencadeiam. "A fructibus eorum cognoscetis eos". A partir da parapsicologia se poderia corroborar o juízo de Rahner. Não seria de dizer o mesmo do movimento carismático? Em si os fenômenos podem ser meramente humanos (de natureza psicológica ou parapsicológica). Seu valor cristão se mostra na vida que daí decorre.

Francisco Taborda S.J.

AZZI, Riolando. — O Episcopado do Brasil frente ao Catolicismo Popular (Cadernos de Teologia e Pastoral/7) 116 pp. 13,5 X 21 cm. Editora Vozes Ltda. Petrópolis 1977.

A tese de fundo que percorre o livro é a divisão que o autor faz entre o "catolicismo tradicional... luso-brasileiro, leigo,

medieval e familiar" e um "catolicismo renovado... romano, clerical, tridentino, individual, sacramentalista". Ambas formas

desse catolicismo se teriam enfrentado ao longo de toda a história do Brasil, pois os bispos sempre procuram a implantação das reformas preconizadas pelo Concílio de Trento. Esse enfrentamento teria sido bastante fraco durante o período colonial, em que predominou o catolicismo tradicional, com as suas estruturas de Ordens Terceiras, Irmandades, Procissões, Romarias, Promessas e ex-Votos. O confronto teria acontecido sobretudo durante o período imperial, quando o governo, apoiando-se no padroado, sustenta o catolicismo tradicional, enquanto o episcopado brasileiro, com a ajuda da Santa Sé, defende o catolicismo renovado. A fase republicana, ao retirar o apoio do Governo que se inibe em questões religiosas — ao catolicismo tradicional, teria acabado por marginalizá-lo, relegando-o a uma posição secundária. Só recentemente, teria ressurgido um certo interesse do episcopado pelas formas mais tradicionais da religiosidade popular.

Sem dúvida alguma, as linhas gerais dessa evolução correspondem à realidade. O que não nos parece tão certo são as motivações que Riolando Azzi

parece encontrar no episcopado. Porque ele vê, por toda a parte, uma luta pelo poder e um afã de controle da administração temporal. Mas as motivações que aparecem mais claramente nos documentos que o próprio livro apresenta vão mais na linha de conseguir expressões de religiosidade que correspondam verdadeiramente à fé. É certo que, em alguns momentos, os bispos não souberam fazer as devidas distinções, e que certas formas legítimas de religiosidade popular sofreram no confronto. Mas não se deve esquecer que a luta maior não foi — como Azzi parece insinuar — entre o povo e a hierarquia eclesiástica, mas entre os bispos, como representantes da Igreja, e o Governo Imperial que, tendo perdido praticamente toda motivação religiosa, continuava a usufruir de um padroado asfixiante para a igreja brasileira.

Contudo, o presente livro pode servir como base para uma reflexão sobre os valores do catolicismo tradicional que ficaram um tanto obscurecidos no ardor da polêmica e que, talvez, poderiam tomar nova vida.

Jesús Hortal, S.J.

SEGUNDO, Juan Luis: **Libertação da Teologia**. Tradução do original castelhano por Benno Brod. 262 pp., 21 X 14 cm, Ed. Loyola, São Paulo, 1978.

Com esta obra as Edições Loyola brindam os leitores brasileiros com um clássico da Teologia da Libertação (TdL). Partindo do método da TdL (cap. I e II), o autor mostra como esse método supõe uma visão de fé (cap. III-VI) como fé para minorias, de onde surge, no contexto de uma religiosidade massiva como a latino-americana, a questão da relação massas-minorias (cap. VII-VIII). O livro é um exemplo claro e bem logrado de como método e conteúdo se implicam mutuamente. É um livro profundo, de grande força dialética, insubstituível para quem deseja conhecer a TdL.

É freqüente dizer-se que a TdL parte da práxis. O livro de J.L.S. elucidava o que isso significa e porque tem de ser assim. Previamente a qualquer nova interpretação da Escritura (e isso em última análise é teologia), há um duplo compromisso: com a realidade humana e com a tradição cristã. O compromisso com a realidade humana (que é sempre um compromisso marcado pela parcialidade) faz surgir novas perguntas (primeiro ponto do círculo hermenêutico) e põe a interpretação até então vigente da tradição cristã sob suspeita ideológica (segundo ponto do círculo hermenêutico).

O compromisso com a tradição cristã assume tal questionamento (terceiro ponto do círculo hermenêutico) e busca uma nova interpretação da Escritura, baseada naquelas novas perguntas (quarto ponto do círculo).

O compromisso com a realidade humana prévio à teologia levou muitas vezes à acusação de que a TdL tem uma opção política prévia à teologia. J.L.S. mostra que toda teologia faz uma opção prévia. E, nesse caso, é preferível aceitar aberta e explicitamente suas relações com a política (como o faz a TdL), do que negá-las e assim fazer política inconscientemente (em favor do "status quo").

Que aconteça com a teologia tal inevitável envolvimento político, não é de estranhar, pois a própria fé só existe envolvida em ideologias. J.L.S. entende aqui por ideologia um "sistema de fins e meios que é condição necessária para a opção e a ação humanas" (113). Assim sendo, a fé sem ideologia é fé morta, incapaz de agir. Mas nem por isso a fé se confunde com ideologia. Há um nível (o nível sociológico) em que fé e ideologia não se distinguem. Neste nível está a imensa maioria dos homens, para os quais a fé é a

adesão a uma pessoa e em consequência à escala de valores por ela vivida (sua ideologia). É um nível estático, de imitação, transposição de valores considerados absolutos em si. — No nível teológico, fé e ideologia se distinguem. A fé, no caso, “é a madureza para as ideologias, é a possibilidade de desempenhar plena e conscientemente a tarefa ideológica da qual depende a libertação real dos homens” (136). A ideologia está no plano do aprender; a fé, no do aprender a aprender (dêutero-aprendizagem). “Aprender a aprender” é a noção-chave para a concepção de fé, de J.L.S., pois vê a fé dentro da dialética do relativo e do absoluto. Se a fé vem sempre envolvida em ideologias, ela vem sempre envolvida no relativo. Ainda mais: a fé não existe em função de si mesma, mas em função dos problemas históricos e de sua solução, e nesse sentido é relativa. Por outro lado, enquanto é uma verdade revelada por Deus, a fé é absoluta. Como compaginar absolutidade e relatividade?

“... nossa liberdade é precisamente a capacidade de absolutizar o que a natureza e a história nos apresentam como relativo” (193). A absolutização subjetiva de um valor é a fé, confiança e entrega a esse valor. No caso da fé cristã, absolutiza-se um “processo educativo de valores” (196), aquele processo consignado na tradição bíblica

e com ele aprendemos a aprender. Mas essa absolutização não é a escolha de um valor (essa seria “a base psicossociológica para o invariável, e o invariável é o que carece de valor próprio” (199), “a parte não humana da conduta humana” (200). A absolutização do processo educativo transmitido pela tradição bíblica é, pelo contrário, “entregar o sentido de nossa existência a um processo iluminador, cognoscitivo, dirigido por Deus, processo objetivo que teve lugar na história e em uma determinada história” (196). É o que se poderia expressar na palavra “seguimento” (em oposição a “imitação”). O conteúdo da fé emerge no processo libertador realizado no seguimento de Cristo, na práxis, portanto, enquanto ela tem como interlocutor a tradição bíblica. Por isso não há receitas prontas (“ideológicas”), mas atitude criadora.

A fé assim entendida é libertadora, desinstaladora. Mas isso é possível só para minorias. Como coadunar com a vocação universal da Igreja? Há um sentido enganador de universalidade da Igreja, quando se entende que essa universalidade consistiria em abranger o maior número de pessoas, para o que seria preciso reduzir suas exigências ao mínimo. Se se leva a sério a dialética de massas e minorias, longe de perder-se a vocação da Igreja à universalidade, recupera-se seu genuíno senti-

do bíblico. As minorias (Igreja) existem para as massas (humanidade) e, enquanto existem para as massas, não são elite (sentido pejorativo). E esse "existir para" não consiste em impor à massa suas exigências minoritárias (opressão!), mas em criar condições estruturais para que "novas e mais criadoras possibilidades minoritárias" se possam desenvolver em cada ser humano (cf. 252).

Nesse sentido "a fé é um processo libertador, e se converte em liberdade para a história, isto é, liberdade para as ideologias" (122). Com isso mantém seu caráter transcendente na

mais profunda imanência: "sem mistura, sem mudança, sem separação, sem divisão" (cf. DS 302).

J.L.S. consegue mostrar magistralmente nesta obra a profunda unidade entre método da TdL, conteúdo libertador e práxis libertadora. Sua exposição continua válida e mesmo insubstituível, apesar do surgimento de outra obra aparentemente muito mais sistemática sobre a metodologia da TdL, a de Clodovis Boff, *Teologia e Prática*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.

Francisco Taborda S.J.

COMBLIN, José: *A liberdade cristã* (Col. "Meditações Evangélicas", VI). 130 pp., 18 X 12,5 cm. Ed. Vozes Ltda., Petrópolis, RJ, 1977.

Este livro se enquadra no gênero literário de "meditações" (cf. 15 e passim). O tema da liberdade no NT é abordado em três passos: Paulo, João e Jesus. A ordem de tratamento é determinada pelo fato de que "as obras dos apóstolos" serem "o melhor comentário das palavras e dos atos de Jesus" (106). Em Paulo e João encontramos explicitado teoricamente frente a novas situações aquilo que tem sua raiz no ensinamento e nas ações de Jesus. Paulo pro-

clama o evangelho da liberdade em contraposição à escravidão da lei judaica; João anuncia a mesma mensagem num outro contexto, em contraposição ao Império Romano. Aqui é importante notar que Comblin defende certa unidade entre o Apocalipse e o Evangelho de João: o primeiro forneceria ao leitor o contexto em que o segundo deve ser lido (cf. 80 e 96).

A ideologia da Segurança Nacional é o plano de fundo atual para estas meditações sobre a

liberdade (cf. 83s). Essa ideologia se opõe diametralmente à mensagem cristã da liberdade, já que a liberdade do evangelho é a renúncia a toda segurança que vem do homem (passim, p. ex.: a liberdade cristã é "a libertação das formas de coerção e constrangimento exigidas pela segurança" - 117).

Essa concepção de liberdade distancia Comblin da Teologia da Libertação. Dela não se pode derivar uma opção político-social concreta para o cristão, já que toda opção concreta é afirmação da lei (o oposto da liberdade): "A mensagem que anuncia a superação de toda lei não pode anunciar ao mesmo tempo uma nova 'lei' como seria uma nova estrutura econômico-social" (59). Não que as leis e estruturas não sejam necessárias, mas porque "nunca são o princípio último da conduta dos discípulos. A lei da liberdade e do amor será sempre a lei última" (45). Por isso mesmo, Comblin descrê da mudança de estruturas: "Não é verdade que as estruturas mudem o homem e que, ao mudarem as estruturas, muda o homem" (124). A mudança de estruturas sociais é "pura substituição de certos grupos dominantes por outros sem mudar o valor fundamental que é a segurança" (129 s).

Coerente com essa posição, Comblin concluirá da atuação de Jesus "que a ação da Igreja será sempre mais do tipo pessoal do que estrutural" (128),

entendendo esta ação do tipo pessoal no sentido de valorizar a pessoa esquecida, marginalizada, "negada pela sociedade estruturada e estabelecida" (129). A ação libertadora de Jesus, sua "práxis", consistiu em destruir "o princípio da segurança" e apelar "para uma sociedade aberta, sempre colocada em questão" (128), a partir do amor àquele que é por ela rejeitado. O amor, pregado por Jesus, consiste em aceitar o outro que é um risco para mim: "A insegurança é provocada pela presença do outro, diferente de mim e não previsto nos quadros da minha existência" (117).

A concepção de Comblin não é individualista (cf. 13-15; 64; 95; 108-109 etc.), mas tampouco se enquadra na Teologia da Libertação. É antes um exemplo da teologia política européia que interpreta a "ressalva escatológica" no sentido de ser a Igreja uma instituição crítica a toda estrutura social. A Igreja perderia sua transcendência, deixaria sua liberdade para abraçar a lei, no momento em que propugnasse uma estrutura social determinada, como caminho de libertação. A consequência real desse posicionamento é que a Igreja termina afirmando o "status quo" por falta de proposta concreta. No fundo, é a perenidade de uma forma histórica de teologia que está em questão. A Teologia Política européia pode ser si-

multaneamente perene e atual. A Teologia da Libertação renuncia à perenidade, enquanto teologiza a partir da situação concreta. A Teologia da Libertação será constantemente ultrapassada por sua realização. A "ressalva escatológica" da Teologia da Libertação está nessa efemeridade de cada teologia concreta. O que está em questão entre as duas formas de teologar é assim se a teologia pára na interpretação do real ou se deve passar à transformação do real, dentro de uma dialética de teoria e práxis. Comblin opõe a concepção de segurança nacio-

nal à concepção de liberdade no NT. Interpreta, portanto, a realidade teologicamente. Que deriva desse posicionamento para a práxis do cristão? É o que não se explicita e assim essa teologia, embora crítica, periga vir a ser uma confirmação do "status quo".

Apesar de ser um livro simples, sem pretensões de grande teologia, esta obra nos lança, portanto, numa problemática teológica de fundamental importância.

Francisco Taborda S.J.

HÄRING, Bernard. — **Centrarse em Dios. La oración, aliento de nuestra fe.** Trad. do alemão por J.M. López de Castro. 184 pp. 14,1 X 21,6 cm. Editorial Herder. Barcelona (Espanha) 1976.

Eis um livro que nos apresenta praticamente a relação entre oração e teologia. E mais do que com um discurso teológico, o faz com uma série de meditações, fruto da experiência do autor. Não falta, porém, a exposição sistemática, embora breve do capítulo III ("Oración y Teología"). Mas o mais substancial, como dizíamos, são as meditações. Nelas, Häring demonstra o seu profundo conhecimento teológico e o seu cristocentrismo. De fato, o livro se abre

com um capítulo ("Orar en el nombre de Jesús") que equivale a um verdadeiro tratado sobre os nomes de Cristo. Também o capítulo sobre oração e presença de Deus é fundamentalmente uma reflexão sobre a presença da Trindade através de Cristo. Mas, tanto num como no outro, do que se trata é de saborear, de intuir com o coração, esses dados que a teologia nos proporciona e que se transformam em diálogo amoroso em face do Pai.

Nas suas meditações – que sempre se concluem com uma prece direta e efetiva – Håring aproveita também as suas observações e os seus contatos com as gentes mais variadas: a piedade russa ou a muçulmana, as comunidades contemplativas ou os cristãos engajados do Terceiro Mundo.

Este livro não é para ser lido,

mas meditado, lentamente, no silêncio da contemplação. É um livro que poderá ajudar a muitos seminaristas, padres e irmãs a preencher a brecha que com freqüência existe entre o conhecimento intelectual de Deus no estudo e o conhecimento sapiencial da oração cristã.

J. Hortal

FRANÇA MIRANDA, Mário de: **Sacramento da Penitência. O perdão de Deus na comunidade eclesial.** (Col. "Teologia e evangelização, 2). 102 pp., 21 X 14 cm., Edições Loyola, São Paulo, 1978.

A presente obra é uma súmula da teologia do sacramento da penitência na perspectiva de uma teologia moderna e bem fundamentada. Sua apresentação didática denuncia a origem da obra: apostilha para uso nas aulas da Faculdade de Teologia da PUC do Rio. A cada capítulo seguem-se perguntas que visavam o debate em aula para maior assimilação do conteúdo, e uma breve bibliografia, em geral acessível a nosso estudante de Teologia médio.

Os capítulos sucedem-se na ordem requerida por um tratado de Teologia renovada. Depois de uma introdução ("Um sacramento em crise?" 5-8), segue-se a "fundamentação neotestamentária" (9-23) e "breve síntese

se histórica" (25-35). Aqui está resumido o que há de melhor e mais recente na pesquisa da história desse sacramento que tantas vicissitudes sofreu em sua longa e complexa evolução. O cerne da doutrina sobre o sacramento se desenrola em quatro capítulos: "A dimensão eclesial" (37-46), "Conversão pessoal e perdão sacramental" (47-59), "Confissão dos pecados e celebração comunitária" (61-73), "Satisfação e amadurecimento da conversão" (75-80). Cada um desses capítulos localiza historicamente a problemática em questão e apresenta uma síntese renovada que leva em consideração os dados do problema e as perguntas e situações do homem moderno. A

maneira de apêndice, o autor acrescenta dois capítulos com questões especiais, de repercussão pastoral: "A eucaristia como sacramento do perdão" (81-90) e "Crise e sentido da confissão freqüente" (91-100).

O recenseador teve oportunidade de usar este livro como manual para suas aulas no Inti-

tuto de Teologia da PUC do RGS e só lamenta que se tenha esgotado tão rapidamente a edição. Uma segunda edição será saudada com alegria por professores e estudantes de Teologia, quando entre nós é tão difícil encontrar manuais do gênero.

F.T.

MEGALE, Nilza Botelho: **107 Invocações da Virgem Maria no Brasil**, pp. 372, cm. 13,17 X 21, ed. Vozes, Petrópolis, 1980.

Acabo de descobrir uma mina riquíssima, penso que ainda inexplorada entre nós: "DOCUMENTOS PONTIFÍCIOS - IV - DOCUMENTOS MARIANOS", da B.A.C., Madrid, de autoria do Pe. Hilário Marin, S.J. No referente a documentos pontifícios sobre o Rosário é bem mais completo do que a dos editores pontifícios, preparada pelos monges de Solesmes, Bélgica: "LES ENSEIGNEMENTS PONTIFICAUX - LE SAINT ROSAIRE" - Desclée X Cia.

Ora, naquela o autor afirma que "só com os documentos pontifícios que tratam, por exemplo, da elevação das igrejas, oratórios, santuários e catedrais a basílicas menores, poder-se-ia compor uma alentada obra histórica dos principais

santuários marianos da cristandade".

Lembrei-me logo desta afirmação ao receber a obra acima epigrafada para recensão, coincidentemente depois de ter lido sua crítica no Diário "Correio do Povo", de 25-2, e ansioso por conhecê-la.

É, de fato, uma obra digna de figurar em toda biblioteca. Sua autora nos deu um valioso brinde. Por ela fiquei conhecendo mais dois títulos da Virgem Ssma. que ainda não conhecia: Nossa Senhora da Pena (e não da Penha que é outra coisa) e Nossa Senhora do Terço.

Como a muito feliz autora diz que a Mariologia é um campo vastíssimo e que não considera terminada sua tarefa, deseja-

mos que o desenvolva e, quem sabe, elabore mais uma obra, a que Pe. Marin sugere. Ou que, ao menos, em nova edição, porque tenho a certeza de que sua obra vai se esgotar logo, acrescentando à ICONOGRAFIA, documentos papais concedendo graças especiais a muitos de nossos santuários recenseados por ela.

Comovente, também, a sensibilidade de nosso bom povo, radicalmente mariano, já que, quando a autora começou a escrever sobre o assunto, no diário de Poços de Caldas, e tencionava publicar apenas duas ou três dezenas de artigos, recebeu tal quantidade de livros, notícias e folhetos de irmandades, que enriqueceram enormemente seus conhecimentos em relação ao tema.

E eis sua conclusão, que valoriza ainda muito mais o magnífico trabalho de pesquisa, porque ela foi feita, além da precisão e rigoroso critério histórico, iconográfico e floclórico, com o coração, já que conclui com estas palavras:

“Não somente os leitores me ajudaram nas pesquisas, mas

acredito que Ela própria abençoou o meu trabalho, trazendo-me às mãos preciosas colaborações que eu nunca sonharia obter”.

Lastimo apenas que no título “Nossa Senhora Madre de Deus” não traga o templo talvez mais sugestivo e mais belo de todos os do Brasil, a catedral de Porto Alegre, embora cite vários, sobretudo do Nordeste do país.

Também omite completamente o título de Nossa Senhora Medianeira, apesar de já ser, hoje, seu Santuário de Santa Maria, um dos mais populares, tanto é verdade quem nem mesmo passou despercebido de profanos, já que segundo o “Globo Reporter”, de 27-11-79, que abordou o empolgante tema do catolicismo popular das romarias, a de Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria figura em 2º lugar, vindo logo após a de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira Principal do Brasil, seguida do Círio de Nazaré, em Belém do Pará.

Pe. Valério Alberton, S.J.

SHELKLE, Karl Hermann. Teología del Nuevo Testamento. II Dios estaba en Cristo (Biblioteca Herder 146). Trad. do alemão por Marciano Villanueva. 472 pp. 14,1 x 21,6 cm. Editorial Herder. Barcelona (Espanha) 1977.

A Teologia do Novo Testamento de Schelkle tem como característica própria o estar estruturada em torno aos conceitos fundamentais que aparecem na Sagrada Escritura e não numa panorâmica histórica de conjunto sobre a evolução do pensamento bíblico. Por isso, os volumes que constituem a Teologia do Novo Testamento formam um verdadeiro tratado de teologia sistemática, do ponto de vista bíblico. O presente volume focaliza a auto-revelação de Deus em Cristo. Por isso compreende três temas fundamentais: o conceito de revelação, a Cristologia (incluindo a soteriologia) e o tratado sobre o Deus Uno e Trino. Chama a atenção o fato de, ao contrário da maioria dos tratados sistemáticos, estuda primeiramente a pessoa de Cristo e sua obra, para daí subir à consideração de Deus. Mas é que, no Novo

Testamento, Deus se revela precisamente através de Cristo. Por isso, toda teologia cristã só pode ser verdadeira se é cristocêntrica.

Três características importantes chamam a atenção nas exposições de Schelkle: a sua inserção dentro do quadro cultural, não só hebraico, mas também helenístico; suas referências à doutrina e à exegese protestantes; a atenção constante ao relacionamento entre as doutrinas do Antigo e do Novo Testamento.

É este um livro que se constitui num magnífico instrumento auxiliar de trabalho, não só para o estudo da Teologia sistemática, mas também para a exegese bíblica e para a meditação orante das Sagradas Escrituras. Não duvidamos em recomendá-lo vivamente.

J. Hortal

ANDRADE FERREIRA, Júlio. — Profeta da Unidade. Erasmo Braga. Uma Vida a Descoberto. 150pp. 13,5 x 21 cm. Editora Vozes Ltda. Petrópolis — Tempo e Presença Editora, Rio de Janeiro. 1975.

Erasmo Braga é, sem dúvida uma das personalidades mais marcantes do protestantismo brasileiro. A sua figura é polifacética: pastor presbiteriano, professor, publicista, rotariano, homem de letras, participantes de movimentos cívicos os mais diversos. Não é fácil sintetizar todos esses aspectos numa pequena biografia — ou ideografia, como o autor a chama — do tamanho do presente livro. Por isso, mais do que uma vida completa, o que Júlio Andrade Ferreira nos oferece é uma série de "flashes" sobre os aspectos mais marcantes de Erasmo Braga. Destaque especial merecem as suas viagens e a participação em congressos internacionais, sobretudo do movimento missionário protestante. É aí onde Erasmo foi apreendendo e praticando o desejo ardente pela unidade das igrejas. É claro, porém, que se tratava de uma vivência enquadrada no seu tempo. Por isso, não era algo comparável ao atual movimento ecumênico: a Igreja católica praticamente não entrava no horizonte dessa unidade sonhada.

O livro de Andrade Ferreira está escrito num estilo fácil e direto.

Cai, porém, às vezes, no simples panegírico. Teríamos gostado que o autor tivesse apresentado a personalidade de Erasmo Braga no seu conjunto e não apenas nos seus aspectos positivos. Por outro lado, chama a atenção que, apesar de tratar-se de livro com espírito e finalidade ecumênicas, não se tenha procurado evitar certas expressões, referidas à Igreja católica ou a clero (o uso do "punhal e do bacamarte", influxo na formação de "nacionalidades cheias de problemas", etc.) que, pelo menos, são altamente discutíveis.

A personalidade de Erasmo Braga deve ser reevocada nos momentos atuais, como exemplo e como mensagem válidas ainda hoje, mas que indicam sobretudo uma caminhada a percorrer, em direção à unidade de todos os que invocam o Cristo.

Jesús Hortal, S.J.

MANARANCHE, André: **O Espírito e a Mulher**. Trad. brasileira do original francês pelo Pe. Ruffier. 160 pp., 21 x 14 cm. Ed.Loyola, São Paulo, 1976.

Frente aos problemas teológicos (e humanos) do Ocidente, o autor julga necessário mostrar o contributo que o Espírito tem a dar na reflexão e na atuação do cristão. "Espírito: um perder-se de Deus em nós, para que nos percamos em Deus" (6). E o Espírito nos ensina a revalorizar a Mulher, Maria, para que veneremos "o ícone total: o Filho encarnado, apresentado por sua Mãe, sobre a qual paira o Espírito" (10). A palavra "Mulher", no título, é no entanto, mais ampla que uma alusão a Maria: também a Igreja está incluída nesse título.

O cap. I apresenta a problemática do Ocidente que o autor cifra numa desarticulação da Trindade. Por um lado, o deísmo de uma "religião em nível de simples razão" (25); por outro, "um 'jesusismo' de fôlego curto" (26); por outro ainda, "um pneumatismo que dá no vácuo" (29). Face a essa problemática, o autor se propõe rearticular a Trindade, refletindo sobre "a função do Espírito tal como a Revelação a manifesta" (34). O plano geral dos capítulos obe-

dece a "um duplo retrocesso: retrocesso vertical da Igreja até a Trindade; retrocesso horizontal, a partir da nova Aliança até ao Genesis"(97). O primeiro retrocesso se desenvolve através dos cap.II ("O Espírito na Igreja"), III ("O Espírito de Jesus"), IV ("O Espírito do Pai e do Filho"); o segundo, no cap. V ("O Espírito Criador"). o cap. VI aborda explicitamente o tema mariológico, esparso pelos outros capítulos.

O autor mostra-se um intelectual francês típico: brilhante e erudito, fino, quase chegando por vezes a irônico. Escreve para o meio acadêmico francês. Não vejo como encontraria leitores entre nós: para o teólogo é demasiado superficial; para o não teólogo, complicado demais.

Digna de louvor é a tradução do Pe. Ruffier. Verdadeiro oásis no deserto das traduções de literatura teológica em nosso país.

ZOTTA, Donatella. — **Experiência pedagógicas en Cuba.** Trad. do italiano por Loly Morán e Juan Antonio P. Millán. 132 pp. 12 x 18 cm. Sociedad de Educación Atenas. Madrid (Espanha). 1976.

A tarefa que se apresentava para o governo revolucionário de Fidel Castro era imensa: um país com 37,5% de analfabetos e com um índice baixíssimo de estudantes em escolas técnicas e na Universidade deveria popularizar a cultura e colocá-la a serviço do processo produtivo. Donatella Zotta descreve, nesta obra, o modo como se tem tentado chegar a esses ideais. A autora afirma que não havia, no começo, um plano traçado, mas que este se foi construindo sobre a prática, a começar pelos trabalhos realizados ainda nos tempos da guerrilha contra Batista. Ao ler, porém o livro com atenção, a impressão que se tira é que, embora não houvesse soluções técnicas prontas, sim havia uma consciência bem clara do que se pretendia, adquirida mediante a adesão a um modelo marxista de sociedade.

Sem dúvida alguma, uma das façanhas que mais impressionam ao observador da revolução cubana na luta contra o analfabetismo. E esse sucesso foi conseguido mediante uma autêntica mobilização do país. Mas a gente não pode ter o mesmo entusiasmo acrítico da autora. As cartilhas de alfabetização — descritas pormenorizadamente nesta obra — eram

destinadas claramente à indocinação marxista e, o que é pior ainda, o culto à personalidade de Fidel Castro chegou a extremos imagináveis. A segunda lição tinha já por título "Fidel é o nosso Líder". E, para se obter o diploma de alfabetizado era necessário escrever uma carta a Fidel. A indocinação política é também evidente na etapa de seguimento e superação, na qual o jornal mural (de conteúdo claramente político marxista) tem uma função fundamental. E algo semelhante se diga do modo como foram organizadas as "escolas no Campo" ou como é concebida a universalização da universidade. O entusiasmo de Donatella Zotta não pode ser facilmente compartilhado quando se considera a absoluta falta de alternativas na opção que o Estado cubano apresenta. O monopólio estatal é completo e a única filosofia permitida é a marxista. Diante dessa realidade, e não obstante os sucessos técnicos no campo da educação, a gente se pode perguntar se a revolução cubana está conseguindo criar um homem mais livre ou se não está substituindo uma escravidão por outra: a do Estado marxista.

Jesús Hortal, S.J.